

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO

DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

MONOGRAFIA DE FINAL DE CURSO

O COMPLEXO TÊXTIL NOS ANOS 90 E OS EFEITOS DA ABERTURA
COMERCIAL NO SETOR

Bruno Frajhof Levacov

Nº de matrícula: 9614379

Orientador: Fabio Giambiagi

Julho de 2000

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO

DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

MONOGRAFIA DE FINAL DE CURSO

O COMPLEXO TÊXTIL NOS ANOS 90 E OS EFEITOS DA ABERTURA
COMERCIAL NO SETOR

Bruno Frajhof Levacov

Nº de matrícula: 9614379

Orientador: Fabio Giambiagi

Julho de 2000

“ Declaro que o presente trabalho é de minha autoria e que não recorri para realizá-lo, a nenhuma forma de ajuda externa, exceto quando autorizado pelo professor tutor “

“ As opiniões expressas neste trabalho são de responsabilidade única e exclusiva do autor “

AGRADECIMENTOS:

Gostaria de agradecer ao Professor Fabio Giambiagi por sua imensa colaboração na realização deste trabalho.

O presente trabalho é dedicado a minha mãe

Índice:	Pág
Capítulo I – Introdução.....	6
Capítulo II – Plano Collor e a Abertura Comercial	9
II.1) Aspectos macroeconômicos da economia Brasileira	9
II.1.1) Breve histórico dos anos 80	9
II.1.2) O Brasil no começo dos anos 90	10
II.2) O Plano Collor	11
II.2.1) Programa de estabilização	11
II.2.2) Liberalização econômica no Plano Collor	13
II.2.3) Efeitos imediatos do Plano Collor	16
II.3) A Abertura Comercial	17
II.3.1) Aspectos Conceituais	17
II.3.2) Falhas de mercado	20
II.3.3) Política mundial de livre comércio	22
Capítulo III – Panorama do complexo têxtil	24
III.1) Histórico do setor	24
III.2) Característica gerais do setor	25
III.2.1) Introdução	25
III.2.2) Malharia	26
III.2.3) Fiação e Tecelagem	28
III.2.4) Confecções e Vestuário	30

III.3) Os efeitos da abertura economia e no setor têxtil	32
III.3.1) Introdução	32
III.3.2) Política econômica após o Plano Collor	33
Capítulo IV – Consequência da abertura econômica no setor têxtil	44
IV.1) A reestruturação do setor	44
IV.1.1) Reação do setor	44
IV.2) Apoio ao setor	45
IV.2.1) Ações do governo	45
IV.2.2) Papel do BNDES	46
IV.3) Resultados	48
Capítulo V – Conclusão	51
Bibliografia	54

CAPÍTULO I: INTRODUÇÃO

O objetivo da monografia será mostrar um panorama do complexo têxtil (o complexo têxtil engloba a produção de fibras, fiação, acabamento, tecelagem, malharia, e confecção – pretendo estudar principalmente os três últimos) nos anos 90 e a consequência da abertura comercial no setor. Além disso pretendo focar a reação e as medidas que ajudaram na recuperação do setor.

O setor têxtil foi um dos primeiros a surgir no processo de industrialização brasileiro devido a farta mão de obra existente no país (o setor é intensivo em mão de obra), abundância de matéria prima e a reduzida necessidade de investimento inicial. Este setor quase sempre se apoiou nas facilidades concedidas pelo governo, na forma de subsídios, crédito fácil, incentivos fiscais e principalmente com as restrições a importação de produtos importados. Estas facilidades contribuíram para um grande crescimento da indústria têxtil mas que não foram acompanhados de investimentos necessários à modernização do setor, tornando o parque industrial do setor têxtil bastante atrasado em relação a seus

concorrentes mundiais. Desta forma a manutenção do setor se sustentava devido principalmente as facilidades fornecidas pelo governo. Esta situação foi modificada no início da década de 90 com a abertura da economia brasileira e como consequência o fim das restrições aos produtos importados.

A abertura comercial foi um divisor de águas no setor têxtil, pois ela foi responsável pela eliminação de várias empresas. No entanto a abertura obrigou as indústrias que sobreviveram com a competição dos importados a se modernizarem para competirem. Desta forma a abertura aumentou o grau de modernização do setor estagnado fazia várias décadas.

Desde 1992 o saldo da balança comercial do setor (exportações constantes e importações aumentando) vem caindo, chegando a apresentar déficit a partir de 1996. Pretendo a partir de pesquisas identificar a evolução das importações e exportações por produto na década de 90, assim identificando as causas que levaram o setor a apresentar déficit em sua balança comercial. Na primeira metade da década os artigos que mais se destacaram nas exportações foram os de cama mesa e banho e tecido denim que possuem como matéria prima o algodão. Isto possivelmente pode explicar o grande aumento na importação de algodão em pluma (o algodão em pluma é o algodão colhido- primeira fase- que depois é usado para fiação) que com certeza influenciou na queda balança comercial a partir de 95. Nos anos 80 o país foi responsável por 10% das exportações mundiais do algodão em pluma, hoje tem uma pequena participação. Esta queda vem fazendo o Brasil passar de grande exportador para grande importador do produto.

O presente trabalho buscará, portanto, identificar o que levou a indústria têxtil brasileira sofrer mais do que os outros setores após a abertura comercial. Explicarei os motivos históricos que levaram o setor a apresentar grandes atrasos tecnológicos que conseqüentemente o levaram a lona.

No segundo capítulo faço uma análise macroeconômica do país no início da década de 90, resumindo o Plano elaborado pelo governo recém eleito (Plano Collor) e a política de abertura econômica. Além disso explico os aspectos conceituais de uma abertura comercial através de argumentos econômicos.

O terceiro capítulo analisa os principais setores (tecelagem, malharia e confecção) do complexo têxtil explicando cada um destes setores, mostrando o perfil do setor, os aspectos tecnológicos, a produção e os principais participantes. Este capítulo analisa também os efeitos da abertura na economia e no setor no início da década de 90.

O quarto capítulo abordará a reação do setor após o período inicial de abertura econômica destacando a influência do governo na recuperação do setor. Além disso este capítulo mostra os últimos resultados do setor observando sua recuperação que está se iniciando neste momento.

O sétimo capítulo será sobre as conclusões tiradas do estudo feito e as ações que ainda devem ser feitas para a completa recuperação do setor .

CAPÍTULO II - Plano Collor e a abertura comercial

II.1) Aspectos macroeconômicos da economia brasileira

II.1.1) Breve histórico dos anos 80:

Os anos 80 assistiram às mais diferentes experiências de ajustamento da economia brasileira. Vários planos foram criados sem que nenhum deles conseguisse acabar com o grande problema que assombrava a economia brasileira: a inflação. No período a renda *per capita* manteve-se estagnada, a inflação se acelerou atingindo níveis recordes na história econômica do país e a dívida externa aumentou.

Neste período o estado brasileiro serviu a interesses privados, como no caso de compra de empresas em processo de falência, na estatização da dívida externa ou através de subsídios permanentes a setores de baixa eficiência. A consequência foi a transferência de

recursos públicos para o setor privado quanto o favorecimento a segmentos não prioritários de renda relativamente mais elevada. A combinação de estratégias populistas com falta de pacto social resultou no enfrentamento não adequado das dívidas externa e interna e da inflação. Os países europeus e os Estados Unidos tiveram experiências diferentes no período., nessas regiões uma nova onda liberal liderada por Reagan e Thatcher, trouxe a estabilidade econômica e a retomada do crescimento. Política monetária ativa, austeridade na gestão do setor público com redução de programas sociais e desregulação da economia compuseram os alicerces da política econômica liberal. O seu sucesso, medido pelos índices de inflação e de crescimento do produto , chegou a ser utilizado para indicar o fim da era do estado do bem-estar.

Visto desta maneira, podemos perceber que o liberalismo foi o fator responsável pelo sucesso da política econômica na Europa e nos Estados Unidos, enquanto o populismo, em seu sentido mais amplo foi o principal responsável pelo fracasso dos programas de estabilização na América Latina.

Identificado as mudanças ideológicas ocorridas na Europa e Estados Unidos o governo brasileiro que chega ao poder em 1990 faz claramente a escolha pelo liberalismo.

II.1.2) Brasil no começo dos anos 90:

A década de 90 é iniciada com a posse de um presidente civil por meio de eleição direta, depois de muitos anos de governo militar seguida de um governo civil eleito por pleito indireto. O presidente eleito Fernando Collor de Mello toma posse no dia 15 de março de 1990 encontrando o país mergulhado na hiperinflação (a taxa anualizada da

inflação relativa ao mês de março superava a fantástica cifra de 150.000%), diante das circunstâncias a população aguarda ansiosamente a implantação de um novo plano de estabilização. As condições para implementação de um plano severo eram bastante adequadas já que o governo assumiu com grande credibilidade e acompanhado de uma esperança popular muito grande.

O país vinha de um passado recente, marcado pelas experiências com os chamados Plano Cruzado, Bresser, Verão. Isto fazia com que se aguardasse a adoção de um plano bem mais severo do que os anteriores. Antes de tomar posse o presidente Collor já havia anunciado que só dispunha de uma bala para matar o tigre da inflação.

A inflação brasileira no início dos anos 90 era bastante complicada de ser combatida. Os agentes econômicos adquiriram consciência de que se encontravam imersos em um ambiente totalmente instável e de que a moeda brasileira não era confiável, seja como reserva de valor, seja como unidade de medida. Assim estes agentes exigiam correção monetária das dívidas e buscavam encurtar os prazos de validade dos contratos, pois se encontravam em um ambiente caracterizado não apenas pela desvalorização crônica da moeda como pela frequência de mudanças imprevisíveis no rumo da economia. Desta forma é altamente conveniente preservar a capacidade de rever compromissos, de forma a evitar perdas ou explorar oportunidades de ganho.

II.2) O Plano Collor

II.2.1) Programa de estabilização

Em 16 de março de 1990 o novo Governo anunciou um programa de estabilização destinado a estancar a hiperinflação e a controlar, definitivamente, a inflação no Brasil.

Uma das medidas do governo foi uma reforma monetária que estabeleceu a troca do padrão monetário, retirando o poder liberatório da moeda antiga, o Cruzado Novo, e entregando-o à nova moeda, o cruzeiro.

O governo anunciou que o plano estaria baseado em uma reforma monetária que indisponibilizava 80% do estoque de M4 em cruzados novos, o que atingia a 30% do PIB. A equipe econômica acreditava que a base da inflação estaria no crescimento deste agregado, a chamada “moeda indexada”. Os 20% restantes do M4 foram convertidos em Cruzeiro e liberados para uso. Todos os débitos então existente deveriam ser liquidados na moeda antiga, e durante 60 dias o governo permitiu que os impostos poderiam ser pagos em cruzados novos.

A perda do poder liberatório do cruzado novo não foi absoluta mantendo-se por 60 dias, o governo indicou que eventualmente faria leilões de conversão entre o cruzeiro e o cruzado novo. Depois de 18 meses se comprometeu a devolver a quantidade de moeda remanescente de cruzados novos bloqueados que renderiam correção monetária mais 6% ao não, sendo a devolução realizada em 12 meses.

A estratégia chave do governo era o controle do M4, a indisponibilidade de 80% do M4 produziu uma significativa queda no estoque de riqueza financeira. Isto gerou uma redução do grau de liquidez da economia.

Segundo Pastore (1991) a introdução de uma nova moeda não é uma condição necessária nem suficiente para indicar que a reforma foi realizada, pois seu aspecto essencial é a alteração do processo através do qual a moeda nominal é criada e tornada disponível para a sociedade. Para Pastore esta reforma monetária apenas reduziu o estoque de M4, que crescia passivamente, e persistiu crescendo passivamente. Era o problema que se convencionou chamar de moeda indexada, que era o agregado monetário responsável pelo problema da inflação.

Pastore acredita que a garantia de rentabilidade do agregado monetário M4, ratificada pelas operações de overnight do Banco Central, não seria uma fonte de inflação, mas sim uma força antinflacionária. Isto porque os depósitos em moeda indexada evitavam que a renda dos agentes fosse gasta para defender seu poder aquisitivo real do imposto inflacionário, gasto este que exercia pressão sobre o nível de preços. A indexação de preços e salário deveria ter sido a maior preocupação de propagação da inflação. Segundo o autor a moeda indexada só pode ter efeito inflacionário se adquire a capacidade de intermediária de trocas. No Brasil, isso só ocorria na medida que o Banco Central permitia a conversão dos overnights para M1 (através do mecanismo de zeragem automática). Desta forma o plano deveria ter atacado tal mecanismo afim de restabelecer o controle monetário por parte do Banco Central.

II.2.2) Liberalização econômica no Plano Collor

Além desta reforma monetária pretendia-se reduzir o déficit fiscal a partir de um programa de privatizações, mas este foi efetivamente reduzido a custo de um enorme imposto sobre o capital. O plano também contava com um câmbio sobrevalorizado e uma progressiva liberalização de importações afim de reprimir o aumento de preços. Esta última questão será melhor explicada mais adiante já que é bastante importante para explicar o desempenho do setor têxtil na década de 90.

O governo através do Plano adotou um novo conceito de política industrial que procurava estabelecer a competição como regra do jogo e a busca da competitividade como o objetivo empresarial básico.

A busca da competitividade seria baseada em três pontos principais:

- revisão dos sistemas de incentivos ao investimento, à produção e à exportação
- apoio maciço à capacitação tecnológica das empresas nacionais
- criação de uma estratégia geral de promoção de indústrias nascentes em áreas de alta tecnologia

A reforma da política de importação prevista na Medida Provisória 158 foi apresentada como um primeiro passo visando a eliminar instrumentos associados à concessão de redução ou isenção de tributos na importação.

A medida provisória tinha como principais pontos os seguintes estabelecimentos:

- 1) a revogação das isenções do imposto de importação e do IPI para importações de máquinas, equipamentos, matérias-primas, componentes e etc. Através dos chamados Regimes Especiais de Importação, inclusive no âmbito da SUDENE e da SUDAM, ressalvadas as importações ao amparo da Lei de Informática e no caso da SUDAM as importações de matérias primas, componentes e etc.
- 2) revogação do decreto Lei que autoriza a formação de Zonas de Processamento de Exportações.
- 3) redução de 50% do adicional de frete para renovação da Marinha Mercante e sua extinção a partir de 1º de janeiro de 1991, juntamente com o adicional de tarifa portuária.

O passo seguinte foi a reconstituição das tarifas aduaneiras como principal instrumento de proteção em substituição às barreiras não tarifárias. Trabalhou-se no sentido de reduzir as alíquotas e seu grau de dispersão, com o cuidado de selecionar os setores de forma a maximizar o impacto favorável da liberalização. Privilegiava-se os bens finais, para os quais a redução do preço de importação não resulte em sensível elevação de demanda, além de insumos e componentes cuja produção doméstica seja particularmente ineficiente.

A velocidade da liberalização deveria ser condicionada da seguinte maneira:

- 1) à estabilidade interna e ao equilíbrio do balanço de pagamento
- 2) à minimização dos custos dos ajustes estruturais necessários
- 3) à maximização das vantagens que possam decorrer para a posição negociadora do país em relação a dívida externa e questões comerciais

Desta forma podemos perceber que a política industrial do governo no plano tinha dois objetivos principais.

Um dos objetivos era criar uma política de competição que obedeceria regras estáveis e transparentes para a competição industrial. Esta política teria como instrumentos principais a liberalização comercial e a adoção de uma política efetiva de competição doméstica para os setores produtores de bens não comercializáveis.

Outro objetivo do governo era a criação de uma política de competitividade que redefiniria um conjunto de instrumentos destinados a incentivar o aumento de competitividade das empresas nacionais. Esta política seria implementada através de dois conjuntos de medidas. O primeiro consistiria na revisão do atual emaranhado de incentivos a produção, ao investimento e às exportações industriais, com ênfase nos incentivos ao investimento. O segundo, nas definições de apoio maciço à capacitação tecnológica da empresa nacional e de uma estratégia geral de promoção de indústrias nascentes em áreas de alta tecnologia.

II.2.3) Efeitos imediatos do Plano Collor

Os primeiros impactos do plano Collor puderam ser sentidos logo após sua implementação. O comércio sofreu uma grande queda e as indústrias sofreram muito pois entraram março com os estoques elevados, e a crise de consumo se reduziram sem que fosse possível identificar um sinal de melhora no curto prazo.

Outro agravante para as indústrias foi o fato de suas vendas serem feitas a prazo, e que por terem sido efetuados antes de 16 de março poderiam ser pagas em cruzados novos. Assim o setor industrial de bens finais sentiu falta de cruzeiros para financiar seu capital de giro, folha de pagamento e outros custos.

Apesar do quadro recessivo a inflação de maio ficou em 7.9% ao mês medido pelo IPC-IBGE, ou 8.5% pelo IPC-FIPE. Em junho a inflação medida pelo IPC-FIPE chegou a 11.7%, indicando o fracasso do plano.

Como podemos perceber a década de 90 começa de uma forma bastante conturbada. O governo sinaliza a sociedade que pretende adotar uma abertura comercial, adotando os ideais liberais que foram os responsáveis pelas altas taxas de crescimento apresentadas pelos países desenvolvidos na década de 80.

II.3)A Abertura comercial

II.3.1) Aspectos conceituais

Segundo a teoria econômica os países incorrem em ganhos de comércio quando comercializam entre si, isto é, o comércio internacional traz benefícios para os países. Esta idéia é baseada em uma série de argumentos que explicaremos abaixo.

De acordo com Krugman (1997) os países comercializam entre si por duas razões básicas. A primeira pois são diferentes uns dos outros, assim os países podem ser beneficiados por suas diferenças atingindo um arranjo no qual cada uma produz as coisas que faz relativamente bem. A segunda razão para os países comercializarem entre si é justificada pelo fato dos países atingirem economias de escala na produção, isto é, os países devem se concentrar em produzir os bens em que possuem facilidade e desta forma podem produzi-los de forma mais eficiente.

A primeira razão básica é explicada pelo modelo ricardiano que pode ser explicado através de um exemplo ilustrativo. Produzir laranja no inverno americano é muito difícil e custoso, e esse tempo poderia ser utilizado na produção de outros bens como disquetes. Suponha que nos EUA para cada 100 milhões de laranjas produzidas seria necessário deixar de produzir 10 milhões de disquetes de computadores (em economia é usado o termo custo de oportunidade, isto é, o custo de oportunidade da laranja em relação a disquetes é o número de disquetes que os EUA poderiam ter produzido com os recursos usados na produção de um determinado número de laranjas). No entanto aqui no Brasil estaríamos no verão logo não seria muito difícil produzir laranjas, o Brasil para cada 100 milhões de laranjas deixaria de produzir apenas 1 milhão de disquetes (além do clima e o solo no período favorecerem a produção de laranja a produtividade na indústria produtora de disquetes no Brasil é menor do que a americana). Desta forma seria mais vantajoso para

todos se os EUA produzissem disquetes e o Brasil produzisse laranjas e depois comercializassem entre si, o mundo estaria produzindo agora o mesmo número de laranjas do que quando não havia comércio entre os países mas está produzindo mais disquetes. O país deve se especializar na produção do bem em que possua custo de oportunidade na produção do bem em termos de outros bens mais baixa do que em outros países, isto é, o país deve se especializar em produtos em que possua vantagem comparativa. É importante ressaltar que as vantagens comparativas são as que importam e não as absolutas. Mesmo que os EUA sejam mais eficientes na produção de disquetes e laranjas é mais vantajoso ele comercializar apenas o bem em que possui produtividade relativa maior em relação ao outro país.

Diferentemente do motivo explicado acima para haver comércio internacional que se baseia em vantagens comparativas, existe outra razão para a troca internacional. Esse motivo está baseado nas possibilidades de ganhos de escala com a produção em grande quantidade, isto é, na medida em que a produção aumenta teremos quedas no custo médio e portanto retornos crescentes de escala na produção. A queda no custo médio ocorre devido a diluição do custo fixo na produção. Desta forma com o comércio internacional é possível que cada país produza uma variedade restrita de bens tirando vantagem da economia de escala pela produção mais eficiente, sem sacrificar a variedade no consumo, pois o comércio internacional causa uma variedade de bens disponíveis.

Os ganhos de escala podem ser caracterizados em duas possíveis situações:

- Economias de escala externa que depende do tamanho da indústria e não necessariamente da firma. Esta estrutura consistirá em várias firmas pequenas e será perfeitamente competitiva.
- Economias de escala interna onde o custo por unidade depende do tamanho de uma firma mas não necessariamente do tamanho da indústria. Nesse caso teremos monopólio ou oligopólio, onde poucas ou apenas uma firma controlam a produção.

Outro argumento em favor do livre comércio é o que ao incentivar as empresas a procurar caminhos para exportar ou concorrer com importações o livre comércio oferece diversas oportunidades para aprendizagem e as inovações devido ao aumento da competitividade.

II.3.2) Falhas de mercado

Torna-se necessário entender que apesar de todos esse ganhos com o livre comércio em algumas situações o país deve proteger determinados setores. O argumento mais importante é o das indústrias nascentes. Este argumento enfatiza o fato de que os países em desenvolvimento podem possuir uma vantagem comparativa potencial em determinada indústria e não conseguem competir com as indústria já estabelecidas. Isto ocorre pois a indústria apesar de ter vantagem competitiva não possui escala suficiente para competir. Desta forma podemos argumentar que neste caso seria necessário um apoio temporário do governo subsidiando a indústria de alguma forma até que a escala necessária para a competição seja atingida.

Além disso existe o argumento de que a indústria nascente também deve ser protegida pois existem falhas de mercado. A primeira falha é a da imperfeição dos mercados de capitais pois determinados países não possuem um sistema financeiro desenvolvido e eficiente para financiar investimentos. A segunda falha de mercado é a da apropriabilidade, que explica que as firmas iniciantes geram benefícios para a economia a qual não são recompensadas. Isto ocorre pois a firma que entra no mercado inicialmente, incorre em custos iniciais de adaptação a tecnologia, e as circunstâncias locais de abrir novos mercados. Com isso as firmas que entrarem a seguir não incorrerão mais nestes custos, enquanto as firmas pioneiras não são recompensadas. Assim as firmas pioneiras criam benefícios intangíveis nos quais não conseguem estabelecer direitos de propriedade.

Podemos perceber que o livre comércio pode ser defendido com grande facilidade, no entanto somente nos últimos tempos verificamos um crescimento grande na adoção de políticas de livre comércio. Um dos motivos que atrasaram a liberalização foi a crença de alguns países em desenvolvimento de que o crescimento econômico estaria ligado a criação de um forte setor manufatureiro e para isso seria necessário proteger esse setor da competição internacional. Assim esses países adotaram a política de substituição das importações em que tentavam acelerar seu crescimento limitando as importações de bens manufaturados com intuito de forçar o crescimento do setor manufatureiro doméstico para suprir a demanda nacional. O argumento econômico por trás dessa política é o argumento da indústria nascente explicado anteriormente, e portanto o governo deve fornecer um auxílio temporário até que esse setor atinja um nível competitivo similar ao internacional. Esta política na maioria dos casos não gerou resultados adequados pois esta proteção não se

traduziu em aumento de produtividade, pois os setores beneficiado somente aumentaram suas margens e não investiram em modernização do parque industrial.

II.3.3) Política mundial de livre comércio

Apesar desta política adotada por países em desenvolvimento a economia mundial tem trabalhado no sentido de aumentar o nível de livre comércio mundial. Esta liberalização se acentuou no pós guerra através de negociações internacionais onde os governos concordaram em reduzir mutuamente as tarifas. Esses acordos ligaram diminuições nas tarifas que prejudicam setores que competem com as importações em cada país com benefícios no setor exportador de ambos países. E muito mais fácil baixar tarifas frente a um acordo mútuo do que em uma política unilateral pois um acordo mútuo ajuda a mobilizar auxílio (por parte dos setores exportadores) ao livre comércio. Além disso acordos negociados evitam guerras comerciais. Com isso percebemos a importância da coordenação de políticas comerciais entre os países.

Assim para coordenar a política comercial mundial no intuito de acelerar o processo de abertura entre os países foi criada o GATT em 1947. O GATT foi responsável por uma série de acordos multilaterais, entre eles podemos citar os seguintes:

- Rodada Kennedy em 1967 onde houve uma redução de 50% em média das tarifas nos grandes países industriais.
- Tóquio em 1979 onde foram criados códigos para controlar barreiras não tarifárias como restrições voluntárias.

- Rodada Uruguai em 1994 onde ocorreram cortes de tarifas em média de 50%. Além disso iniciaram as tentativas de liberalizar o comércio na agricultura e nos têxteis. Além disso foi criada a OMC substituindo a GATT sendo a OMC responsável por fiscalizar práticas injustas de competição por parte de participantes da organização.

CAPÍTULO III - Panorama do complexo têxtil

III.1) Histórico do setor

O complexo têxtil foi um dos primeiros setores da economia brasileira a surgirem no processo de industrialização brasileira. Naquela época a vantagem comparativa importante para o setor era a ocorrência de mão de obra farta e barata. Além disso o país era rico na produção das matérias primas usadas como o algodão. Outro fator fundamental foi a reduzida necessidade de investimento inicial para a industrialização do setor.

Durante a Segunda Guerra Mundial houve um grande aumento na produção do , pois a economia brasileira cresceu bastante no período aumentando a demanda interna. Além disso os países fornecedores envolvidos no conflito se viram impedidos de continuar produzindo, isto fez com que a industria têxtil brasileira conquistasse novos mercados externos.

A partir dos anos 50 o governo criou vários planos para incentivar a industrialização brasileira. Entre esse planos podemos destacar Plano de Metas e o II PND. Não podemos deixar de destacar que esses planos foram de fundamental importância para o desenvolvimento e consolidação do parque industrial brasileiro. No entanto esses planos inibiam a modernização do parque industrial do setor têxtil já que as tarifas de importação eram bastante altas. Desta forma podemos dizer que a política industrial adotada pelo governo acelerou o crescimento da indústria têxtil ao mesmo tempo que dificultou a modernização do setor, aumentando a diferença de produtividade entre o Brasil e os países desenvolvidos..

III.2.)Características gerais do setor

III.2.1) Introdução

O complexo têxtil engloba desde a produção de fibras (naturais, artificiais ou sintéticas), passando por fiação e tecelagem, até produtos de vestuário finais.

Os setores de fiação e tecelagem formam a base do complexo, assim como o setor de beneficiamento de fibras naturais. Esta base possui uma grande ligação tanto com o complexo agro-industrial como com o complexo químico (produção de fibras artificiais e sintéticas). A principal indústria final é a do vestuário para a qual convergem todos os insumos das demais.

A tecelagem utiliza fios de fibras naturais (algodão e lã), artificiais (viscose) e sintéticas (nylon, acrílico e poliéster) e elastanos (lycra). No Brasil a maior parte dos tecidos é produzida a partir de fibras de algodão., na produção de tecidos planos o algodão é utilizado puro. Já no segmento de malharia o algodão é misturado a outras fibras sintéticas. As fibras sintéticas são elaboradas a partir dos derivados do petróleo e as artificiais a partir da celulose encontrada na polpa da madeira.

III.2.2) Malharia

O fio empregado na produção de malhas é o mesmo utilizado na tecelagem plana sendo diferentes apenas por exigirem um menor grau de torção (na tecelagem plana o tecido é composto por um conjunto de fios dispostos lado a lado no sentido longitudinal e no tecido de malha utiliza-se um conjunto de fios que se ligam através de laçadas). Devido a estas características a fabricação do tecido de malha é bem mais fácil fazendo com que a usando os mesmos equipamentos a produção de malhas possua uma produtividade maior. Além disso estas característica fazem com que o setor de malharia apresente necessidade menor de investimentos e menores custos de produção. Desta forma tem sido grande o deslocamento da produção de malha dos países de maior desenvolvimento para os países em desenvolvimento.

O segmento de malharia no Brasil cresceu a altas taxas nas décadas de 70 e 80. Segundo o Sindtêxtil/ABIT na década de 70 o crescimento ficou entre 10 e 20% ao ano, e durante a década de 80 a taxa média anual ficou em torno de 5%. O produto mais representativo dos confeccionistas de malhas de algodão é a camiseta (T-shirt): o Brasil é

grande exportador do produto. O mercado de T-shirt é dividido em segmentos de alta qualidade, que abrangem 18% do total, básicos que representam 64% e produtos de baixa qualidade que completam a produção.

O parque industrial de malhas no Brasil é dividido em basicamente três tipos de empresas. Em primeiro lugar estão as grandes corporações que são totalmente integradas, fabricando desde a fiação até a confecção. Em segundo lugar apresentam-se as inúmeras empresas de porte médio, em geral de origem familiar que não são integradas. Por último encontram-se as empresas de pequeno porte muitas vezes atuando de maneira informal sem se preocupar com a qualidade da produção. O número de grandes empresas é muito pequeno, pois as pequenas indústrias que atuam de maneira informal têm sua principal vantagem comparativa no não recolhimento de impostos. Desse modo, as grandes empresas sofrem uma enorme dificuldade em concorrer com essas empresas, mesmo possuindo vantagens com os ganhos de escala que seu tamanho pode proporcionar. As pequenas empresas se originam em crises econômicas onde o desemprego atinge profissionais com algum conhecimento técnico que iniciam seu próprio negócio no mercado informal, já que existe grande incentivo em se iniciar no setor devido ao baixo investimento requerido. Uma sala com um trabalhador com algum nível técnico e uma máquina de costura já é uma confecção concorrendo no mercado informal.

O parque industrial de malha está concentrado basicamente nos estados de São Paulo e Santa Catarina. As empresas produtoras de malha tem se concentrado em algumas regiões criando pólos de produção que criam externalidades próprias ao desenvolvimento das empresas através da instalação e desenvolvimento de indústrias complementares

fechando assim o ciclo produtivo. Os principais pólos de malha no Brasil se encontram em Itajaí - SC, Caxias do Sul - RS, Campos do Jordão – SP, Monte Sião – MG, Criciúma – SC e Petrópolis e Rio de Janeiro - RJ.

III.2.3) Fiação e tecelagem

O setor de fiação e tecelagem possui uma estrutura produtiva na qual as barreiras à entrada são bastantes frágeis. As grandes empresas detêm parcelas pequenas da produção total do setor e a competição com a economia informal é bastante dura visto que o setor não apresenta economias de escala significativas.

Desta forma, as empresas de grande porte do setor usam como mecanismos para dominar maior fatia do mercado as seguintes estratégias:

- 1) constituição e consolidação de canis de exportação
- 2) criação de sofisticadas estruturas de comercialização (criação de feiras têxteis anuais, escritórios de representação em todo território brasileiro e etc.)
- 3) regionalização de etapas de produção (criação de plantas específicas para determinados mercados para diminuição do custo do frete)
- 4) integração vertical (esta solução decorre por questões ligadas às oscilações de preços e qualidades da matéria prima)

O segmento de tecelagem para tecidos planos se encontrava no início dos anos 90 em profunda transformação pois o processo de tecer o fio estava se modernizando com a

adoção de novas tecnologias, tornando-se mais rápido e aumentando a qualidade do tecido. A renovação do parque industrial através da substituição dos equipamentos antigos por teares mais modernos se via cada vez mais necessária para competir com os concorrentes externos.

Os teares neste período se desenvolveram bastante não somente no que diz respeito à qualidade final do produto mas também na questão operacional da produção. A velocidade da produção aumentou bastante através da introdução de processos de transporte do fio da trama no tear. O ganho desta modificação verifica-se diretamente sobre a velocidade dos novos teares que permitem a utilização de dispositivos microeletrônicos.

No entanto é bastante interessante verificarmos que no início da década de 1990 os três maiores produtores de tecido (China, Índia e Brasil) tinham seu parque de máquinas composto em sua maioria por teares com lançadeiras, isto é, de tecnologia considerada ultrapassada. Podemos perceber que o diferencial de produtividade entre os países não pode ser explicado somente pelo grau de utilização de maquinário mais moderno pois fatores como o custo de mão de obra continuava sendo bastante importante.

Podemos verificar através da tabela III.1 que na tecelagem plana houve uma modernização do parque industrial brasileiro através do aumento na utilização dos teares mais modernos nos últimos anos com significativo crescimento no período 1990/1996. Os teares a jato de água cresceram 145% e os teares a jato de ar cresceram 226%. Em 1996 os teares a jato de ar já respondiam por 20% da produção nacional de tecidos, índice bastante

elevado já que em 1990 somente 4% da produção nacional correspondiam a teares a jato de ar.

Tabela III.1 - Tabela com composição dos teares usados na indústria de tecelagem:

Capacidade instalada	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996
Teares com lançadeira	141.100	138.940	136.079	132.997	129.585	126.260	122.408
Teares de projétil	4.163	4.246	4.380	4.528	4.678	4.831	5.000
Teares de pinça	17.541	18.111	19.339	20.238	21.042	21.879	22.816
Teares de jato de ar	1.610	1.860	2.709	3.686	4.140	4.650	5.250
Teares jato d'água	53	58	66	74	87	103	130

Fonte: IEMI / Elaboração: ABIT e Sindtêxtil

OBS: Os teares estão em ordem decrescente de nível tecnológico

Apesar dos dados verificados acima a modernização dos parques industriais das tecelagens não foi suficiente para diminuir a defasagem tecnológica em relação aos competidores dos países desenvolvidos. A utilização de teares com lançadeira ainda é bastante grande em contraste com a produção nos países desenvolvidos onde a presença destes teares é praticamente insignificante.

III.2.4) Confecções e vestuário

A indústria de confecção apresenta um grande número de empresas pois as reduzidas barreiras tecnológicas e o investimento inicial baixo se tornam grandes atrativos

para a entrada de novos participantes. As reduzidas barreiras tecnológicas podem ser explicadas já que o equipamento básico utilizado é a máquina de costura, instrumento barato e de técnica amplamente divulgada. Na década de 1990 o setor apresentava grande número de firmas de pequeno porte atuando no mercado informal que possuíam como vantagem competitiva a sonegação de impostos.

Até a os anos 90 os estados de Santa Catarina e São Paulo concentravam quase toda a produção de vestuário brasileira. No entanto a partir do início da década de 1990 estados do Nordeste (principalmente Ceará) através de benefícios fiscais atraíram algumas empresas do setor, aumentando assim a distribuição da produção de vestuário brasileira.

A indústria de vestuário é bastante importante do ponto de vista social do país já que por ser bastante intensiva na utilização de mão de obra e é um dos setores mais empregadores da economia. Esta intensidade em mão de obra torna o custo salarial um componente importante para a indústria.

A indústria passou por grandes avanços tecnológicos a partir de meados da década de 1980. Na fase de produção anterior a costura surgiu um sistema chamado CAD/CAM que reduz o tempo do processo produtivo e o mais importante diminui o desperdício de tecido. A costura é a principal etapa do processo, nesta fase ainda hoje são usadas as máquinas de costura que sofreram apenas um pequeno avanço, sendo ainda necessário um certo nível de habilidade e uma dependência da mão de obra na fabricação. Os grandes ganhos de produtividade da indústria se deram nos níveis organizacionais através de técnicas denominadas *just in time*, esta técnica diminui a necessidade de estoque e aumenta

a flexibilidade da produção. Ao reduzir a necessidade de estoque as empresas diminuem sua necessidade de capital de giro e conseqüentemente suas despesas financeiras. No Brasil essa redução no capital de giro gera ganhos ainda maiores devido ao alto custo de capital que as empresas encontram no mercado para se financiarem.

As empresas brasileiras de confecção brasileiras apresentam um grande diversidade quanto a seus estágios tecnológicos. As grandes empresas apresentam um nível de tecnologia bastante superior as demais, desta forma a competição entre elas se baseia no custo de mão de obra e no nível de informalidade.

III.3) Os efeitos da abertura na economia e no setor têxtil:

III.3.1) Introdução

O setor têxtil é bastante atingido, já que historicamente sempre foi protegido pelo governo. Desta forma apresentava baixo grau de competitividade em relação aos seus concorrentes internacionais.

A grande vantagem competitiva da industria têxtil brasileira era o baixo nível de remuneração da mão de obra alocada na produção. A competitividade baseada nesta vantagem tem efeitos negativos sobre o grau de modernização da estrutura industrial. O atraso tecnológico da indústria têxtil resulta em elevação de custos não somente devido à baixa produtividade, mas também devido a organização menos eficiente.

A vantagem da mão de obra barata aliada a proteção do mercado local criava um incentivo aos proprietários de indústria têxtil a não modernizarem suas plantas industriais. No momento em que uma das vantagens da indústria caiu o setor se viu bastante prejudicado, pois não estava preparado para competir com suas concorrentes a nível mundial.

A abertura comercial que abalou o setor têxtil gerou grandes problemas sociais uma vez que a indústria era um dos setores que mais gerava empregos na economia. Sem falar nos empregos indiretos abalados como na plantação de algodão.

As importações de têxteis em 1990 apresentaram uma relativa estabilidade em relação ao ano anterior apesar do Plano Collor ter implementado reduções de tarifas. Isto ocorreu devido à recessão causada pelo Plano.

A preocupação de que o aumento das importações pudesse prejudicar em um primeiro momento a indústria têxtil nacional, com de fato aconteceu é realista. No entanto devemos observar que grande parte das importações têxteis constituem-se de matérias primas básicas, com especial destaque para o algodão. Desta forma a abertura pode levar em um momento posterior ao choque inicial a um aumento da competitividade nacional.

III.3.2) Política econômica após o Plano Collor

Como relatado anteriormente a partir de 1990 com a o Plano Collor iniciou-se a abertura da economia brasileira. O Plano criou uma nova uma Política Industrial e de Comércio Exterior que acabou com grande parte das barreiras não tarifárias heranças do

período de política de substituição de importações, além de definir um cronograma de redução das tarifas de importações. Essas reduções foram programadas para serem feitas de forma gradual entre 1990 e 1994 de maneira de que no final do período a tarifa máxima seria de 40% e a média de 14%.

Este cronograma foi cumprido até outubro de 1992, a partir deste período houve uma aceleração das reduções.

Na tabela III.2 podemos observar a evolução das tarifas.

Tabela III.2 - Imposto de importação

Ano	1990	1991	1992	1993	1994	1995
Alíquota Média simples	32.1%	25.2%	20.8%	16.5%	14.0%	13.1%

Fonte: Revista do BNDES

No planejamento da abertura comercial a estrutura de proteção foi definida da seguinte forma:

- produtos sem similar nacional, com nítida vantagem comparativa e proteção natural elevada ou *commodities* de baixo valor agregado, tiveram alíquota nula.
- Alíquota de 5% foi aplicada a produtos que já possuíam esse nível tarifário em 1990.

- Tarifas de 10% e 15% foram destinadas aos setores intensivos em insumos com tarifa nula.
- A maior parte dos produtos manufaturados recebeu alíquota de 20% enquanto as indústrias de química fina, trigo, massas, toca-discos, vídeo cassete e aparelhos de som teriam alíquota de 30%.
- Os setores automobilísticos e de informática teriam proteção nominal de 35% e 40% respectivamente.

Na tabela III.3 poderemos verificar o comportamento da Balança Comercial Brasileira após a abertura econômica.

Tabela III.3 - Balança Comercial: Exportações e Importações (US\$ Milhões)

Ano	Exportações	Importações	Saldo Comercial
1990	31.414	20.661	10.753
1991	31.620	21.041	10.579
1992	35.793	20.554	15.239
1993	38.597	25.480	13.117
1994	43.544	32.701	10.843
1995	46.506	49.859	(3.353)
1996	47.747	53.303	(5.556)
1997	52.987	61.351	(8.364)
1998	51.120	57.550	(6.430)

Fonte: Banco Central

Observando a tabela III.3 constatamos que no período 1990-1994 (período de implementação da abertura comercial) as exportações aumentaram em 39% enquanto as importações cresceram 124% no mesmo período. Neste período o saldo da balança já apresentava trajetória declinante chegando em déficit no ano de 1995. Isto mostra que apesar do aumento das exportações no período analisado a queda das tarifas levou a um aumento enorme das importações culminando com a ocorrência de déficit na balança no ano de 1995.

Na Segunda metade da década de 90 as exportações cresceram mas em proporção menor do que as importações, assim gerando sucessivos déficits na balança. Neste período (1995-1998) a política cambial brasileira influenciou ainda mais o já crescente déficit na balança. A política de estabilização econômica do Plano Real era ancorada em um cambio sobrevalorizado que prejudicava as importações e prejudicava as importações, acentuando ainda mais o déficit.

Segundo Moreira (1996) a abertura comercial cumpriu seu papel, devido à estratégia de industrialização passada baseada na substituição de importações era inevitável e saudável que o coeficiente importado aumentasse e que houvesse uma queda das margens de lucro na indústria. Para Moreira a política de substituição de importação criou um número excessivo de setores e muitas vezes ineficientes que se sustentavam graças a proteção elevada.

Na tabela III.4 elaborada por Moreira podemos observar o aumento da participação dos produtos importados na economia brasileira. O coeficiente em passou de 4.3% em 1989

para 15.6% em 1995, isto é, o nível de importados mais que triplicou em 5 anos. Verificamos que o coeficiente de penetração aumenta de forma cada vez mais rápido durante cada ano devido a política gradual de redução de tarifas.

Tabela III.4 - Coeficiente de penetração: Importação/Produção – 1989/1995

Setor	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995
Bens de consumo não duráveis	2.8%	3.4%	4.5%	2.8%	4.0%	4.9%	7.4%
Bens de consumo duráveis	7.2%	8.9%	12.3%	8.6%	10.6%	10.7%	14.2%
Bens intermediários Elaborados	4.5%	5.7%	7.4%	6.3%	9.2%	10.8%	14.8%
Bens intermediários	1.4%	2.6%	3.2%	2.1%	2.9%	3.5%	6.4%
Bens de Capital	11.1%	19.8%	33.3%	23.8%	32.4%	40.3%	59.4%
Bens de Capital – Equipamento de Transporte	1.9%	3.0%	5.6%	5.1%	8.4%	12.3%	19.1%
Total	4.3%	6.0%	8.1%	6.3%	8.9%	10.8%	15.6%

Fonte: “Abertura Comercial e Indústria: O que se pode esperar e o que se vem obtendo” – Maurício Mesquita Moreira e Paulo Guilherme Correa

De acordo com Moreira a abertura modificou a composição industrial de forma positiva. Os setores intensivos em recursos naturais aumentaram sua participação na economia, isto indica um melhor aproveitamento de recursos que o país tem em abundância, no entanto a perda da participação dos setores intensivos em trabalho (setor têxtil) vai na direção contrária já que o país é abundante em mão de obra.

Na tabela III.5.1 podemos verificar que enquanto setores intensivos em recursos naturais como Celulose, Açúcar, Café e Trigo apresentaram algum crescimento no período 1989-1995, setores intensivos em trabalhos como os do setor têxtil apresentaram queda acentuada como mostra a tabela III.5.2. Isto ocorreu devido ao grande “gap” existente entre o nível de produtividade das indústrias dos setores têxtil em relação aos seus concorrentes internacionais, consequência da proteção existente no setor devido a Política de Substituição de Importações adotada pelo governo brasileiro desde a Segunda Guerra Mundial até o começo da década de 1990. Desta forma os empresários do setor não possuíam grandes incentivos a investir no aumento da produtividade até o começo da década de 90. Isto fez com que mesmo sendo um setor com fatores abundantes no país fosse bastante afetado com a competição internacional.

Tabela III.5 - Valor Bruto da Produção Industrial por Setor – Matriz 80 – 1989/1995

Tabela III.5.1 - Tabela Setores intensivo em recursos naturais

Setor (em US\$ milhões)	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995
Celulose e pasta mecânica	2.338,4	1.807,4	1.697,4	2.374,0	1.766,3	2.935,9	3.870,3
Indústria do Açúcar	3.161,8	3.072,4	2.897,8	4.234,2	3.278,3	3.229,9	3.229,3
Indústria do Café	1.324,6	1.1137,4	694,3	1.133,0	1.309,0	1.622,0	1.556,9
Moagem de trigo	1.542,0	1.382,9	1.316,1	2.006,1	1.743,2	1.709,8	1.758,7

Fonte: IBGE

Tabela III.5.2 - Setores intensivo em Mão de Obra

Setor (em US\$ milhões)	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995
Beneficiamento, Fiação e Tecelagem de Fibras Naturais	8.538,7	6.836,2	4.708,1	6.372,8	5.636,9	5.879,4	5.716,4
Fiação e Tecelagem de Fibras Artificiais ou Sintéticas	3.236,8	2.805,3	1.913,9	1.979,2	2.051,0	2.044,7	2.079,7
Outra indústrias têxteis	5.201,9	4.789,6	3.078,6	3.361,4	2.541,1	3.404,3	3.139,6

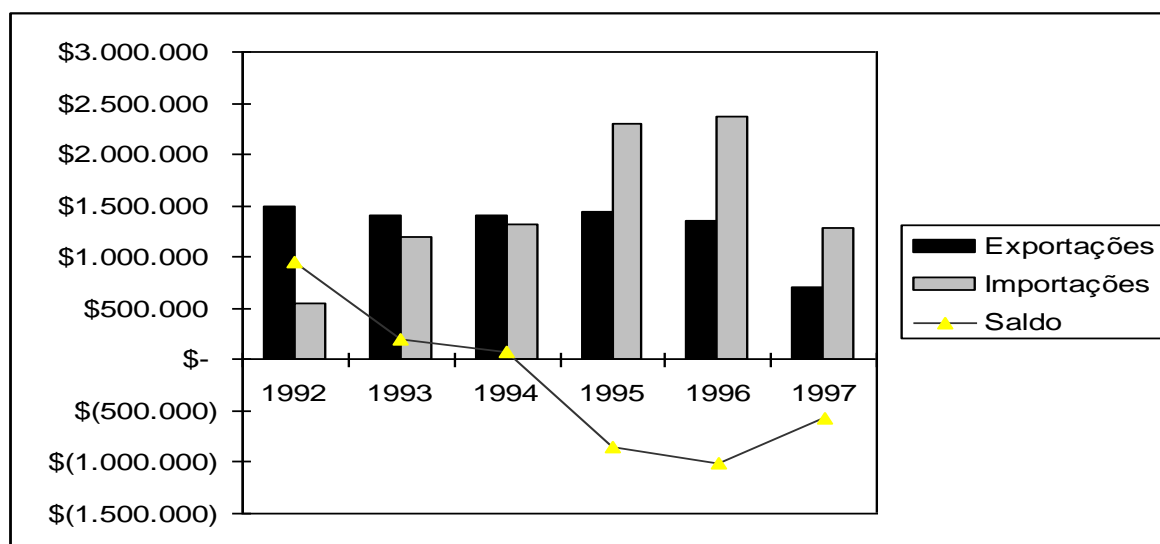
Fonte: IBGE

Segundo Moreira (1996) setores como os de bens de capital devem ser financiados pelo Estado (atuar sobre o chamado “Custo Brasil”) já que precisam de economias de escala e financiamentos. Desta forma cabe ao Estado atuar decisivamente no sentido de atenuar essas desvantagens e impedir que o resultado acabe sendo prejudicial aos interesses do país.

O setor têxtil é intensivo em mão de obra e em menor grau em capital, logo os problemas enfrentados pelo setor após a abertura como verificados nas tabelas acima são consequência basicamente da menor produtividade do setor em relação a seus concorrentes estrangeiros. Esta menor produtividade é consequência da falta de investimento das empresas do setor em seus parques industriais.

No gráfico III.1 podemos constatar que as exportações do setor ficaram praticamente constantes com tendência declinante durante o período 1992-1996, sendo que as importações aumentaram em quase 380%.

Gráfico III.1 - Evolução da Balança Comercial do Setor Têxtil (US\$ Milhões)



Fonte: Carta Têxtil / Dados até Jun/1997

As exportações eram basicamente de confecções e tecidos que representavam mais de metade das pautas de exportação, 37% e 22% respectivamente do total em 1996 como podemos observar na tabela III.6. As importações cresceram assustadoramente no período sendo as fibras têxteis (principalmente o algodão) e a parte de confecções as que obtiveram crescimento mais expressivo.

Tabela III.6 - Brasil: Comércio Exterior de produtos têxteis em valor e quantidade–1992/97

Exportações (US\$ mil)	1992	1993	1994	1995	1996	1997
Fibras Têxteis	138.758	81.402	81.087	190.395	78.929	18.997
Fios	294.776	162.019	215.021	190.056	179.952	42.952
Filamentos	62.304	55.636	50.012	59.048	72.796	16.575
Tecidos	280.107	269.488	254.676	271.116	284.473	58.720
Confecções	584.128	669.572	608.061	526.958	474.907	102.852
Outros	130.712	144.460	194.666	203.917	201.151	60.162
Total	1.490.784	1.382.578	1.403.523	1.441.490	1.292.008	300.257
Importações	1992	1993	1994	1995	1996	1997
Fibras Têxteis	272.290	736.656	659.570	719.041	990.288	189.907
Fios	25.310	55.349	55.535	131.460	79.640	33.507
Filamentos	85.423	139.076	135.991	308.695	328.837	95.206
Tecidos	42.962	109.571	252.443	576.733	296.975	65.364
Confecções	39.498	46.799	104.386	351.485	349.392	66.130
Outros	70.349	88.178	115.046	197.680	262.740	70.376
Total	535.831	1.175.628	1.322.971	2.285.093	2.307.873	520.491

Fonte: Banco Central

O destino de nossas exportações no período 1990-1996 sofreu algumas modificações relevantes. No começo da década os Estados Unidos representavam 25% do mercado de exportação brasileiro, já no final do período correspondia a apenas 18%. O produto de maior relevância na pauta de exportação entre os dois países era o vestuário que historicamente representava 30% do total exportado para o país. É necessário destacar que

o Mercosul aumentou bastante sua participação na pauta de exportações brasileiras do setor têxtil no período analisado, aumentando sua participação de 20% para 33%.

Ao analisarmos a balança comercial no setor têxtil na década de 1990 não podemos deixar de explicar o grande aumento nas importações criado após a diminuição das tarifas, consequência da abertura comercial que o país adotou. O ano de 1995 foi o primeiro ano em que o Brasil apresentou déficit na categoria têxtil, em torno de US\$ 800 milhões. Neste ano as exportações se mantiveram praticamente estáveis e as importações quase dobraram em relação ao ano anterior. O que mais chama atenção ao observarmos a tabela mostrada anteriormente é o grande aumento das importações de fibras têxteis. O Brasil passou em menos de uma década de exportador significativo a níveis mundiais de algodão para importador do produto.

O grande salto das importações brasileiras de algodão ocorreu em 1993 quando passaram de US\$ 212 milhões para US\$ 648 milhões, atingindo 500 mil toneladas de produto importado. Esta mudança ocorreu devido aos seguintes fatores:

- Diminuição das alíquotas de importação do produto, passaram de 55% em 1986 para tarifa zero em 1990.
- Existência de subsídios por parte dos países produtores como os Estados Unidos.
- O prazo de pagamento das importações de algodão variavam de 180 a 360 dias contra prazo de aproximadamente 10 dias no mercado interno.

- Produtividade baixa quando comparada à média mundial. Enquanto a média em meados da década de 90 era de 376Kg/há no Brasil (isto quer dizer que em cada hectare usado para o cultivo de algodão eram produzidos 376Kg de algodão) , a média mundial era de 583Kg/há. A produção brasileira era predominantemente dominada por pequenos produtores onde a colheita era feita de modo manual.
- O setor têxtil brasileiro utiliza mais o algodão nas fiações do que a média nacional. Na tecelagem brasileira eram produzidos no período cerca de 65% dos tecidos a partir do algodão, enquanto na Europa este percentual gira em torno de 50%. Atualmente esta proporção tende a melhorar com o aumento da utilização de fibras sintéticas e artificiais na produção.

CAPÍTULO IV – CONSEQUÊNCIAS DA ABERTURA ECONÔMICA NO SETOR TÊXTIL

IV.1) A reestruturação do setor:

IV.1.1) Reação do setor

Como explicado anteriormente o início dos anos 90 jamais serão esquecidos pela indústria têxtil. A década se tornou um verdadeiro marco histórico para esta indústria que foi pega de surpresa pela abertura de mercado após décadas de proteção. Várias indústrias quebraram ou fecharam após prejuízos consecutivos, isto criou uma espécie de “seleção natural” no setor e as empresas que sobreviveram hoje estão mais fortes para competirem no mercado interno e no internacional. Este ganho de eficiência após o aumento de competição gerado pela abertura mostra que parte dos objetivos da reforma foram alcançados, mesmo que a um custo bastante significativo.

As empresas estão mais fortes pois investiram bastante na modernização de seu parque industrial que não era modernizado a 20 anos. De acordo com a Associação Brasileira da Indústria Têxtil (ABIT) foram gastos US\$ 7 bilhões nos últimos oito anos na modernização do parque industrial e a estimativa é de que o setor invista mais US\$ 12.3 bilhões em modernização e expansão da capacidade produtiva nos próximos anos. O momento atual é bastante favorável devido a desvalorização cambial e a redução dos juros fazendo com que se crie a expectativa do setor elevar a produção e voltar ao patamar ocupado no início dos anos 80.

O impacto da desvalorização cambial ocorrida em Janeiro de 1999 no setor têxtil foi sentida de forma diferenciada entre as empresas do setor. No grupo constituído por empresas exportadoras o impacto da desvalorização foi altamente positivo, já no o outro grupo constituído por empresas fabricantes de tecidos para a industria do vestuário a desvalorização foi bastante positiva uma vez que a produção das indústrias de vestuário locais aumentou bastante com a substituição de importações de roupas que chegavam importadas ao país. No entanto algumas empresas que se financiaram em dólar para investir em modernização sofreram perdas financeiras enormes que apesar de compensadas pelo aumento das exportações impactaram bastante seus balanços.

IV.2) Apoio ao setor

IV.2.1) Ações do governo

Para diminuir o déficit na balança comercial do setor a principal medida deve ser a reabilitação da cultura algodoeira. O governo criou um programa de recuperação da cotonicultura brasileira que tem como meta atingir a auto suficiência em 2004, para isso são recolhidos um percentual de imposto em cada fardo de algodão comprado e este dinheiro é usado na pesquisa para melhora das plantações. Hoje o Brasil já produz 300 mil toneladas por ano de algodão, o consumo é de 800 mil toneladas/ano, assim através dos investimentos em pesquisa para aumento de produtividade é esperado se chegar a auto suficiência em quatro anos.

Além do incentivo a cultura do algodão o governo apoiou o setor após a abertura econômica através de várias medidas.

Em 1996 o governo adotou a salvaguarda transitória para diminuir a importação exagerada de fibras ou filamentos sintéticos e artificiais. Esta salvaguarda foi instituída em 22 de maio de 1996 através da adoção de cotas contra os principais fornecedores como China, Coréia do Sul, Taiwan, Hong Kong e Panamá.

O governo também foi bastante importante na criação do Polo têxtil Nordestino, principalmente no Ceará. As indústrias foram atraídas para a região através de isenções fiscais e financiamentos por parte do governo. Esta transferência foi responsável por grande parte do aumento de competitividade do setor em relação ao mercado internacional pois diminui o custo da mão de obra e a carga de impostas.

IV.2.2) Papel do BNDES

Nos últimos ano a partir da adoção de uma política liberal do governo brasileiro o estado diminuiu sua atuação direta como responsável por investimentos na indústria. No entanto não deixou de atuar seletivamente em alguns setores através de órgãos como o BNDES. Esta atuação se torna necessária visto que ocorrem diversas falhas no mercado brasileiro que impedem as indústrias locais competirem em condição de igualdade com as concorrentes internacionais.

O BNDES criou em 1996 o Programa de Apoio ao Setor Têxtil, este programa prevê financiamento ao setor para que as indústrias possam modernizar seus parques industriais e compitam no mercado internacional. O programa prevê investimentos de US\$ 3.5 bilhões que estão sendo liberados de acordo com a demanda de financiamentos. É necessário ressaltar que estes financiamentos são liberados após estudos da viabilidade do negócio e a capacidade da empresa de cumprir as metas estabelecidas em relação a futura geração de caixa para o pagamento das dívidas .

Nos últimos anos o BNDES tem praticado uma política visando a consolidação dos principais setores da economia. Estamos verificando esta política no setor siderúrgico e petroquímico, onde o BNDES tem atuado de forma bastante ativa. Desta forma nos próximos anos provavelmente observaremos uma consolidação do setor têxtil, onde os principais participantes devem ser a Coteminas e a Vicunha Nordeste. Este grupos devem contar com financiamentos do BNDES para adquirirem as empresas menores do setor conseguindo desta maneira escala suficiente para competirem com seus concorrentes

internacionais. Esta consolidação é bastante importante para a criação de grandes grupos que possuam a escala necessária nos dias atuais para a competir no mercado internacional.

IV.3) Resultados

No primeiro trimestre de 2000 as empresas do setor têxtil já começaram a mostrar melhora nos seus resultados financeiros. A Hering (empresa tradicional no setor de malha) que havia apresentado prejuízo no primeiro trimestre de 1999 de R\$ 140.8 milhões (resultado também influenciado pela desvalorização cambial já que a empresa possuía dívidas em dólar) divulgou lucro de R\$ 3.4 milhões no primeiro trimestre de 2000. A Teka (empresa do setor de Cama, Mesa e Banho) reverteu um prejuízo no primeiro trimestre de 1999 de R\$ 38.9 milhões para um lucro de R\$ 3.2 milhões no primeiro trimestre de 2000. Este resultado foi bastante influenciado pelo aumento das exportações, isto mostra que as empresas conseguiram atingir níveis competitivos eficiente para competirem com o mercado internacional após os investimentos realizados no setor além da ajuda da desvalorização cambial de janeiro de 1999.

O dado importante a ser analisado é o aumento das exportações registrados pelas companhias. A Hering aumentou em relação ao trimestre anterior suas vendas externas em 116%, já a Teka aumentou suas exportações em 30%. Isto mostra que as empresas estão bem posicionadas no mercado internacional e provavelmente o setor continuara crescendo de forma competitiva voltando a ganhar o *market share* perdido ao longo dos anos 90.

Ao analisarmos a reação do setor têxtil não podemos deixar de falar na reestruturação que passou o Grupo Vicunha, maior conglomerado têxtil da América Latina, em 1999. Através de uma operação de compra de participações, a Vicunha unificou embaixo da holding Vicunha Nordeste todas as empresas têxteis do grupo. Consolidando-se os resultados desse novo grupo de empresas, isto é, Vicunha Nordeste e sua subsidiária Vine Têxtil, com as novas aquisições Fibrasil, Fibra e Fibra Dupont (50%), teríamos os seguintes números para 1998 e 1999. A Holding apresentou faturamento bruto em 1998 de R\$ 926 Milhões e de R\$ 1.475 Bilhões em 1999. Este aumento de faturamento mostra a melhora do cenário para a empresa e para este ano com os ganhos de sinergia que certamente serão verificados com a criação da holding a empresa deve apresentar faturamento ainda maior.

A companhia de Tecidos Norte de Minas (Coteminas) também apresentou um aumento de faturamento no ano de 1999. Em 1998 a empresa faturou R\$ 372 milhões e em 1999 R\$ 543 milhões, apresentando um crescimento de 46%. A empresa após a abertura em 1990 investiu bastante para modernizar seu parque industrial, grande parte do capital usado para a modernização de suas plantas industriais e crescimento foi conseguido através do mercado de capitais. No começo dos anos 90 através de financiamentos do BNDES a empresa criou uma indústria de camisetas no Nordeste chamada Wentex que possui um parque industrial com os equipamentos mais modernos existentes. Desta maneira a empresa consegue produzir camisetas com custo inferior aos seus concorrentes asiáticos, mostrando que com investimentos e eficiência é possível competir de igual para igual com os concorrentes orientais. Outro empreendimento foi a criação de uma empresa a partir de uma *Joint Venture* com a Artex (tradicional fabricante de produtos de Cama, Mesa &

Banho), nesta sociedade a Coteminas entrou com capital e maquinário para a produção e a Artex com suas diversas marcas já bastante populares no mercado brasileiro. Esta união mostra a tendência de consolidação do setor pois cada vez mais serão necessárias uniões entre grandes grupos para obtenção de ganhos de escala. Isto implicará em enormes ganhos de sinergia e aumento de produtividade.

CAPÍTULO V - CONCLUSÃO

A partir do trabalho podemos verificar o atraso que uma economia fechada pode trazer para a indústria local, a produtividade está totalmente relacionada a competitividade em que o setor está inserido. Desta forma a abertura comercial ocorrida no Brasil no início da década de 90 fez com que houvesse uma espécie de “seleção natural “ no setor têxtil brasileiro, somente as empresas que se modernizarem e se reestruturaram para competirem a níveis internacionais sobreviveram. Além disso o país no período apresentou uma economia instável, recessiva e com juros bastante altos aumentando ainda mais o número de empresas fechadas. No entanto esse é o custo que todo país que pretende atingir níveis de crescimento alto na economia atual deve passar.

O setor têxtil até 1990 era composto basicamente por várias empresas familiares que não possuíam incentivo a investirem em modernização de seu parque industrial pois não estavam expostos a competição de seus concorrentes internacionais. Estas empresas foram bastantes afetadas logo após a abertura comercial e a cada ano com as quedas

graduais das alíquotas de importação eram mais afetadas. Durante o período anterior a abertura essas empresas poderiam ter investido mais na modernização de seus parques industriais, no entanto os controladores muitas vezes preferiram não investir já que seus mercados eram protegidos dos produtos importados através de altas alíquotas.

Hoje o setor encontra-se composto por menos empresas que estão bem mais competitivas, assim acredita-se que o setor têxtil brasileiro pode crescer sua participação no mercado mundial. No entanto ainda podemos encontrar algumas dificuldades para o desenvolvimento do setor.

O problema mais grave para as indústrias do setor têxtil é a falta de possibilidade de financiamento a taxas baixas, desta forma fica difícil competir com concorrentes internacionais que conseguem financiamentos em seus países a taxas inferiores as encontradas no mercado brasileiro. É importante a atuação de órgãos públicos como o BNDES no papel de financiador das indústrias têxteis brasileiras na modernização de seus parques e no crescimento de sua produção. Além disso é necessário que o governo acelere a reforma tributária brasileira para que as empresas nacionais parem de pagar impostos em cascata, e principalmente não sejam ameaçadas por pequenas empresas informais que não pagam impostos. Estas talvez sejam hoje as principais concorrentes dos grandes grupos têxteis brasileiros já que os impostos são um grande componente do custo das empresas brasileiras (Brasil possui uma das maiores cargas tributárias mundiais).

Além disso o congresso deve votar logo a reforma da Lei das S.A para que se crie um mercado de capitais mais forte e seja possível que as empresas brasileiras financiem

seu crescimento através deste mercado com é feito no mundo inteiro. Através do mercado as empresas podem se financiar emitindo ações ao invés de contraírem dívidas diminuindo assim o custo de capital das empresas.

O BNDES também deve ter uma função importante na reestruturação do setor para que se crie grupos grandes que possuam escala na competição do mercado internacional. Cada vez mais é necessária a criação de grandes grupos no mercado globalizado, e desta forma o BNDES deve atuar ativamente na consolidação de determinados grupos dentro do setor. Este grupos devem ser escolhidos de forma a privilegiar empresas já grandes, modernas e principalmente com excelente administração.

Assim podemos perceber que o setor têxtil já está em um patamar bem acima do que encontrávamos em 1990, basta o país voltar a crescer e algumas reformas sejam feitas para que o crescimento do setor acelere ainda mais.

BIBLIOGRAFIA

- Além, Ana Cláudia ; Giambiagi, Fabio e Pastoriza, Florinda (1997) – Cenário Macroeconômico: 1997-2002. Área de Planejamento Departamento Econômico – DEPEC.
- Averbug, André (1999) – Abertura e Integração Comercial Brasileira na Década de 90. A Economia Brasileira nos Anos 90. BNDES.
- Gorini, Ana Paula Fontenelle e Siqueira, Sandra Helena (1998) – O setor de Cama, Mesa Banho no Brasil. Relatório Setorial do BNDES.
- Gorini, Ana Paula Fontenelle e Siqueira, Sandra Helena (1997) – Complexo Têxtil Brasileiro. Relatório Setorial do BNDES.
- Gorini, Ana Paula Fontenelle e Siqueira, Sandra Helena (1998) – Tecelagem e Malharia. Relatório Setorial do BNDES.
- Krugman, Paul.R e Obstfeld, Maurice (1997) – Economia Internacional: Teoria e Política.
- Moreira, Mauricio Mesquita (1999) – Estrangeiros em uma Economia Aberta: Impactos Recentes sobre a produtividade, a concentração e o comércio Exterior. A Economia Brasileira nos Anos 90. BNDES.
- Moreira, Mauricio Mesquita (1996) – Abertura Comercial e Indústria: O que se pode esperar e o que se vem obtendo. Área de Planejamento Departamento Econômico - DEPEC
- Moreira, Mauricio Mesquita (1999) – A Indústria Brasileira nos Anos 90. O que se Pode Dizer? A Economia Brasileira nos Anos 90. BNDES

- Oliveira, Maria Helena e Ribeiro, Ana Paula (1996) – Análise Conjuntural da Indústria Confeccionista Brasileira. Relatório Setorial do BNDES.
- Pastore, Affonso Celso (1990) – A Reforma Monetária do Plano Collor. Avaliação e Perspectivas Plano Collor
- Pinheiro, Armando Castelar, Giambiagi, Fabio e Gostkorzewicz, Joana (1999) – O desempenho Macroeconômico do Brasil nos Anos 90. A economia Brasileira nos anos 90. BNDES.
- Suzigan, Wilson (1990) – O Plano de Estabilização e a Política Industrial. Avaliação e Perspectivas Plano Collor